Movimento Cívico Somos TVDE

Propostas para a Reestruturação e Dignificação do Setor TVDE

O setor TVDE em Portugal, sete anos após a Lei 45/2018, enfrenta uma grave crise que afeta os cerca de 39 mil motoristas ativos. Apesar de milhões de viagens anuais, a maioria dos motoristas trabalha 60 a 70 horas semanais para um rendimento insuficiente. Esta situação é agravada pela queda de 40% nas tarifas desde 2018, enquanto os custos operacionais (combustível, manutenção, seguros) registaram um aumento substancial. Adicionalmente, o setor debate-se com problemas como evasão fiscal, concorrência desleal, cobrança de rendas e alugueres abusivos de viaturas e licenças.

Em resposta a esta realidade, o **Movimento Cívico Somos TVDE** apresenta um conjunto de propostas destinadas a promover um setor mais justo, transparente e sustentável.

Principais Propostas

1. **Portal Nacional – Plataforma Pública do Estado:** Criação de um sistema digital estatal para verificação automática de dados como licenças, viaturas, horas de trabalho, etc., visando a redução da burocracia e o combate à fraude e ao trabalho invisível, promovendo a segurança e a confiança dos utilizadores.
2. **Uma Licença por Viatura:** Atribuição de uma licença de viatura específica a cada veículo associada ao operador, impedindo a formação de frotas fictícias, combatendo a evasão fiscal e permitindo a fácil fiscalização, podendo ser associada a um selo holográfico ou à matrícula da viatura.
3. **Estatuto ENI-TVDE:** Possibilidade de motoristas com viatura própria (limite de uma viatura) e que cumpram os requisitos de operadores, poderem operar em nome individual diretamente com as plataformas. O objetivo é eliminar a dependência de empresas intermediárias e os encargos de rendas abusivas, combatendo a desresponsabilização de operadores que atuam apenas como "cobradores de rendas". Em alternativa, criar medidas como a obrigação de contratos de trabalho acima de um determinado número de viaturas ou um

capital social que aumente por viatura adicional não sendo o movimento cívico a favor de contingências de viaturas somos a favor de medidas que visam permitir o acesso ao setor apenas a profissionais que estejam interessados em promover e defender a mobilidade urbana e não funcionar apenas na base do aluguer, subaluguer de licenças e cobrança de rendas sem qualquer responsabilidade pelo trabalho do final da cadeia, o Motorista.

4. **Tarifa de Referência por Quilómetro e por Tempo:** Implementação de uma tarifa de referência de **por quilómetro** e **por hora**, com atualização indexada à inflação e acréscimos de 25% em períodos noturnos, fins de semana e feriados. Em alternativa, criar um mecanismo real de negociação de preços entre as partes (plataformas, operadores, motoristas e consumidores), com participação das entidades reguladoras e fiscalizadoras, evitando preços abaixo de custo e salvaguardando o consentimento informado do motorista.
5. **Comissão Máxima das Plataformas:** Limitação da comissão das plataformas a um máximo de **20% por viagem** (sem IVA), exigindo faturação clara e transparente.
6. **Seguros Mais Justos:** Introdução de apólices de seguro semelhantes às do setor dos táxis, estimando uma redução anual de custos entre 45% e 60%.
7. **Taxas Fixas nos Aeroportos e Similares:** Compensação direta aos motoristas por partidas e chegadas em aeroportos e similares, para mitigar o impacto de filas e tempos de espera. Garantir que o motorista recebe os pedidos com todas as informações necessárias e transparência algorítmica na atribuição, sem utilizar as viagens e reservas como forma de prémios ou condições de acesso prévias.
8. **Mais Profissionalização:** Reforço da formação inicial e contínua, estabelecimento de requisitos mínimos de proficiência em língua portuguesa e avaliações psicológicas periódicas. Responsabilização dos operadores pela formação dos motoristas e pela qualidade da prestação do serviço. Identificação obrigatória de motoristas que trabalhem como complemento de rendimentos e responsabilidade dos operadores por este facto evitando por exemplo que um motorista após um dia de trabalho completo ainda vá conduzir passageiros por horas podendo colocar a segurança dos mesmos em risco.

9. **Proteção de Dados e Transparência Algorítmica:** Restrição do acesso das plataformas apenas aos dados essenciais, prevenindo abusos. Auditoria algorítmica obrigatória (visto que a ocultação de dados é uma forma de coação). Garantir que o "tempo invisível" (recolha, espera pelo cliente e viagens mal estimadas) seja remunerado. A rejeição de serviços por falta de rentabilidade não pode constituir fundamento para penalização. Alterações em viagens já aceites devem exigir novo consentimento informado e compensação caso a duração exceda a estimativa inicial. Um sistema de avaliação que seja rigorosamente recíproco e transparente. Exigimos que notas baixas atribuídas por clientes sejam obrigatoriamente fundamentadas, garantindo o direito ao contraditório e impedindo que o sustento do motorista dependa de critérios subjetivos ou retaliações por cumprimento da lei. (por Ex. não poder parar em certas zonas)
10. **Programa de Emergência para Motoristas:** Lançamento de medidas temporárias para apoiar motoristas em dificuldades financeiras, incluindo planos de pagamento de dívidas e acesso a crédito sem juros.
11. **Proibição de Alugueres Informais de Licenças ou Veículos:** Fim da figura do "cobrador de rendas". Garante que, em caso de acidente ou infração, o proprietário do carro e o detentor da licença sejam a mesma entidade, impedindo que as empresas se desresponsabilizem de questões laborais ou fadiga do motorista.
12. **Mecanismos de Arbitragem Rápida:** Criação de um centro de arbitragem específico para resolver conflitos entre motoristas e plataformas (como bloqueios arbitrários ou retenções de pagamentos) de forma célere e gratuita, retirando às multinacionais o papel de "juiz e parte".
13. **Permissão para Publicidade nas Viaturas:** Fonte de receita acessória vital que permite aos motoristas e operadores diversificar rendimentos, aliviando a pressão tarifária e garantindo equilíbrio com o setor do Táxi e transportes públicos, que já beneficiam desta receita. Deve ser facultativa e regulada de forma a não se tornar abusiva.
14. **Aumento da Idade Máxima das Viaturas:** Alargar o prazo de exploração para permitir a amortização justa do investimento face ao aumento do custo de vida e juros bancários. O foco deve incidir na manutenção e segurança

(inspeções rigorosas) e não apenas na idade da matrícula, promovendo também a sustentabilidade ambiental.

Oposição do Movimento Somos TVDE às Propostas de Alteração

O Movimento Cívico Somos TVDE manifesta a sua firme oposição aos seguintes pontos e omissões na proposta de lei, por considerá-los lesivos à sobrevivência dos profissionais:

1. **Invasão de Setores (Táxis e Motociclos e Quadriciclos) nas Plataformas:** Somos terminantemente contra a entrada de outros setores no regime TVDE. Estes setores já beneficiam de isenções e regimes próprios; permitir a sua entrada nas plataformas sem as mesmas obrigações é promover concorrência desleal. Introduzir novas tipologias de viaturas, (especialmente de baixo custo) por lei, sem fazer um estudo de carga e dos impactos e confirmar se as entidades competentes comprovam as condições de segurança e conforto para a atividade parece um risco desnecessário. Existe também a necessidade de evitar que as cidades sejam impactadas devido a inclusões de novas tipologias de viaturas que ate agora não eram consideradas.
2. **Fixação Estática da Tipologia de Viaturas na Lei:** Opomo-nos a que as características técnicas fiquem presas ao texto da lei. Defendemos que deve ser o **IMT**, como entidade técnica, a regulamentar e atualizar as tipologias permitidas.
3. **Inexistência de um Custo Mínimo de Referência:** Somos contra a manutenção da subjetividade do "preço justo". Sem a fixação legal de preços mínimos de referência, a lei continuará a permitir o *dumping* social e financeiro.
4. **Manutenção do Modelo de "Cobradores de Rendas":** Rejeitamos brechas que permitam alugueres informais. Defendemos a facilidade de identificação

de vínculos laborais para falsos prestadores ou o acesso direto ao estatuto ENI-TVDE.

5. **Opacidade nos Dados de Operação:** Opomo-nos a que as plataformas sejam as únicas detentoras dos dados. Sem o Portal Nacional da Mobilidade, a fiscalização contra a evasão fiscal e desrespeito pelos tempos de descanso será ineficaz.

Resultados Esperados

A implementação destas medidas terá um efeito multiplicador no setor: a reposição do poder de compra dos profissionais, a redução das jornadas exaustivas para patamares de segurança, a moralização do mercado com a recuperação de receita fiscal, e a estabilização de um ecossistema de mobilidade justo para quem trabalha e seguro para quem viaja.

Exmos. Senhores Deputados,

O setor TVDE em Portugal atingiu o seu ponto de rutura e não sobreviverá a mais um ciclo legislativo de omissões. Sete anos após a Lei 45/2018, os indicadores oficiais do IMT e da AMT são inequívocos quanto à falência do modelo vigente: um mercado asfixiado por mais de 70.000 certificados, uma degradação dos rendimentos reais na ordem dos 40% e uma opacidade fiscal que priva o Estado de cerca de 190 milhões de euros anuais.

O **Movimento Cívico Somos TVDE** apresenta-se nesta Comissão para exigir que o debate na especialidade integre soluções técnicas que garantam a subsistência de milhares de famílias. Preconizamos quatro eixos fundamentais:

- **Garantia de Viabilidade Económica:** Consagração legal de um Custo Mínimo de Referência (preço/km e preço€/hora) para travar o *dumping* algorítmico.

- **Soberania do Operador e Transparência:** Auditorias anuais aos algoritmos e direito inalienável ao Consentimento Informado antes da aceitação de qualquer viagem.

- **Emancipação e Combate à Precariedade (ENI-TVDE):** Criação de estatuto para operação em nome individual com viatura própria, eliminando as "máfias de rendas e alugueres e sub alugueres de licenças" e exigindo profissionalização e responsabilidade dos grandes frotistas que operam como rent a car sem cumprir a respetiva legislação.

- **Monitorização Digital em Tempo Real (Portal Nacional):** Implementação urgente do sistema estatal para registo automático e imutável de tempos de trabalho e faturação.

Esta não é uma contenda contra plataformas ou contra o setor do Táxi; é uma exigência inabalável por **Justiça, Dignidade e Sustentabilidade**. O legislador tem agora a oportunidade histórica de proteger quem efetivamente assegura a mobilidade do país.

"O tempo da passividade terminou. Pelos nossos direitos, pela nossa segurança: Somos TVDE."